DECRETO N.º 24.841, DE 04 DE MARÇO DE 2.005

DISCIPLINA procedimentos para liberação das áreas de execução do Programa Social e Ambiental PROSAMIM, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual, à vista do Processo n.º 6.464/2.004 – CASA CIVIL e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1.º da Lei n.º 2.939, de 30 de dezembro de 2.004, e no Decreto n.º 24.828, de 23 de fevereiro de 2.005,

DECRETA:

Art.1.º - A liberação das áreas de execução do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM fixadas no Decreto n.º 24.840, desta data, dar-se á após regular procedimento expropriatório, mediante indenização ou permuta na forma da lei, ou concessão de “Bônus Moradia”, nos termos deste Decreto.

Art. 2.º - O “Bônus Moradia” a que se refere o art. 3.º, inciso IV, do Decreto n.º 24.828, de 23 de fevereiro de 2.005, tem sua concessão coordenada pela Superintendência de Habitação e Assuntos Fundiários – SUHAB, como gestora do Fundo Estadual de Habitação – FEH.

Art. 3.º - O “Bônus Moradia” destina-se às famílias cadastradas no PROSAMIM, ocupantes de imóveis que, durante a implantação do Programa, estejam morando em suas áreas de abrangência e não tenham sido beneficiadas com indenização ou permuta.

§ 1.º - O “Bônus Moradia” só poderá ser utilizado para aquisição de unidade habitacional, destinada à moradia da família que comprove a propriedade ou a posse do imóvel.

§ 2.º - O “Bônus Moradia” não pode beneficiar mais de um membro pertencente à mesma família.

§ 3.º - A SUHAB não se responsabiliza por eventuais obrigações contraídas com terceiros pela família, que resulte em aplicação indevida do “Bônus Moradia”.

Art. 4.º - O valor do “Bônus Moradia” é de até R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), devendo ser atualizado monetariamente com base no Índice Nacional da Construção Civil – INCC, após decorridos doze meses de sua criação.

Art. 5.º - É permitida a utilização do “Bônus Moradia” para aquisição de imóvel de valor superior, hipótese em que a família será única e exclusiva responsável pelo pagamento da diferença.

Art. 6.º - O valor do imóvel adquirido, sendo inferior ao do “Bônus Moradia”, não gera direito à família de receber qualquer crédito de diferença.

Art. 7.º - O “Bônus Moradia” somente poderá ser utilizado para aquisição de imóveis residenciais novos ou usados, construídos em alvenaria, em boas condições de

conservação, adequados ao uso, situados nas regiões urbanas identificadas pelo PROSAMIM, devendo ser demonstrada a propriedade ou a posse, bem como que está desembaraçado de quaisquer ônus.

§1.º - A propriedade ou posse do imóvel será comprovada com apresentação de documento de aquisição, juntamente com no mínimo, dois dos seguintes comprovantes de pagamento:

- a) do IPTU;
- b) de água;
- c) de energia;
- d) de telefone fixo;

§ 2.º - As condições e a propriedade ou a posse do imóvel serão atestadas por técnicos designados pela SUHAB, aos quais competirá proceder a avaliação do mesmo.

§ 3.º - Não será aceito imóvel que registre débitos relativos a impostos, contas de energia, água ou telefone.

Art. 8.º - O pagamento do “Bônus Moradia” será efetuado diretamente ao dono do imóvel adquirido, mediante emissão de cheque administrativo ou depósito bancário, após assinatura do “Termo de Recebimento do Bônus Moradia”.

Art. 9.º - O Termo de recebimento do “Bônus Moradia” poderá dispor sobre outras condições, observado o interesse público.

Art. 10 – Os moradores de imóveis situados na área de abrangência do PROSAMIM que não comprovem a propriedade ou a posse do mesmo farão jus a uma casa nos Conjuntos Nova Cidade ou Cidadão IV, desde que não possuam outra residência.

Art. 11 – O proprietário ou possuidor não residente no perímetro de execução do Programa não poderá ser beneficiado com o “Bônus Moradia”.

Art. 12 – as despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento do Poder Executivo para o Fundo Estadual de Habitação – FEH, conforme disposto em ato específico, na forma da lei.

Art. 13 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 04 de março de 2.005.

EDUARDO BRAGA
Governador do Estado do Amazonas

JOSÉ ALVES PACÍFICO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

GEORGE TASSO LUCENA SAMPAIO CALADO
Secretário de Estado de Terras e Habitação

LÍGIA ABRAHIM LICATTI
Secretária de Estado de Administração, Recursos Humanos e Previdência

ISPER ABRAHIM LIMA
Secretário de Estado da Fazenda